

MORAL E DISCIPLINA NO PENSAMENTO PEDAGÓGICO

Estela Scheinvar¹; Kamille Lima ²; Maria Clara Netto³

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Dra. em Educação. estela@uerj.br.

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduanda em Letras. kamilleoliveira029@gmail.com.

³ Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduanda em História. mariahistffp13@hotmail.com.

Pesquisando o punitivismo e a escola

Em sua formação histórica, a escola como equipamento social universal instrumentaliza o processo de disciplinarização próprio à sociedade liberal burguesa. Estudando a regulamentação que institui escolas no Brasil, no século XIX, e algumas práticas desde então, a pesquisa tem se debruçado no sentido punitivo da estrutura pedagógica escolar. Seja em suas regulamentações, seja nas práticas didáticas, o castigo tem tido centralidade nos processos comportamentais e curriculares.

Com a regulação do capitalismo, sustentado na perspectiva liberal, a lógica punitiva passou a ser entendida como imprescindível para toda e qualquer relação social. No campo da educação escolar, esta perspectiva é nítida de diversas formas e uma delas é a naturalização de conceitos que têm o efeito de julgar as pessoas e as relações. Alguns dos que temos estudado com Foucault e Nietzsche, para entender o modo como são produzidos e operam são: norma, segurança-insegurança, disciplina, medo, moral, índole, castigo e punição. Estas referências nos ajudam a colocar em análise as relações em sua perspectiva histórica e filosófica, para entender as mecânicas pedagógicas que têm não só prevalecido, mas colonizado a relação escolar em sua mais variada expressão.

De forma central, interessa discutir, neste trabalho, os fundamentos históricos e conceituais dos dispositivos de disciplina e de moralidade que fazem funcionar a escola e são intrínsecos à difusão do medo. São eles os que legitimam as políticas de segurança, o que tem significado a demanda e proliferação de formas punitivas em todos os espaços. Assim, destacamos que os mecanismos pedagógicos na escola se sustentam na coação, sob a ameaça e execução de castigos, sejam definidos espontaneamente na relação cotidiana, sejam estabelecidos pela forma judicializada. Interessa, ainda, mostrar como eles são, de maneira geral, considerados imprescindíveis, justificando todo tipo de constrangimento e dor.



Para tanto, a pesquisa tem se dedicado, na fase atual, à discussão histórica e conceitual do processo de judicialização e punição penal, próprio da emergência do capitalismo liberal. Como base analítica nos orientamos por três vertentes: acervo histórico, levantado em 2019 no Arquivo Nacional, sobre a regulamentação de escolas brasileiras do século XIX; relatos de trabalhadores da educação escolar no contemporâneo e estudo de autores que contribuem a fundamentar as análises sobre a constituição histórica-disciplinar da Pedagogia. Mais localizadamente, a etapa que queremos apresentar com este trabalho é o início da análise conceitual de tal construção.

Entre Nietzsche e Foucault

“Não existem fenômenos morais, mas uma interpretação moral dos fenômenos.”
(NIETZSCHE, 2000, p.83)

Nietzsche fala, como apresentado na epígrafe, da força da moral na interpretação dos fenômenos, entendendo que ela é uma produção social. A partir de seus estudos, autores como Foucault e Guattari são claros ao historicizar os modos de subjetivação que nos constituem, nossos assujeitamentos, mostrando a força da moral. Uma força dada pela perda do rastro histórico e a compreensão de ser uma construção natural. Contrárias à atribuição de características essencializadas às pessoas (como mãe, professora etc.), buscamos os rastros da produção de tais características, que funcionam como julgamentos com efeito coativo sobre as relações. Dessa perspectiva, com os autores que incitam e acompanham nosso pensar, entendemos que a moral é uma produção histórica, temporal, social e, portanto, coletiva: uma invenção humana.

Todos os estados de espírito mais fortes trazem consigo uma ressonância de sensações e estados de espírito afins: eles revolvem a memória, por assim dizer. Algo em nós se recorda e torna-se consciente de estados semelhantes e da sua origem. Assim se formam rápidas conexões familiares de sentimentos e pensamentos, que afinal, seguindo-se velozmente, já não são percebidas como complexos, mas como unidades. Neste sentido fala-se do sentimento moral, do sentimento religioso, como se fossem simples unidades: na verdade, são correntes com muitas fontes e afluentes (NIETZSCHE, 2014, p.16).

Essa ideia de unidade como princípio moral transborda para dimensões com pouca visibilidade. Currículo, método de ensino e avaliação, vestuário, gestos definidos como de boa conduta, entre tantos outros elementos, são formas por meio das quais a padronização, a “unidade”, está presente. Não por acaso. É a objetificação do princípio liberal de igualdade, naturalizado moralmente como sagrado, impondo normas, mesmo sem qualquer ressonância nas condições de vida e trabalho. Com os autores que nos ensinam a enxergar por prismas inusuais, percebemos o modo como princípios como o da igualdade adquirem um status inquestionável, que pode ser entendido como uma moral essencializada. Ou, nos termos ácidos de Nietzsche (NIETZSCHE, 2014, p.30):

... A besta que existe em nós quer ser enganada; a moral é mentira necessária, para não sermos por ela dilacerados. Sem os erros que se acham nas suposições da moral, o homem teria permanecido animal. Mas assim ele se tomou por algo mais elevado, impondo-se leis mais severas. Por isso ele tem ódio aos estágios que ficaram mais próximos da animalidade: de onde se pode explicar o antigo desprezo pelo escravo, como sendo um não humano, uma coisa.

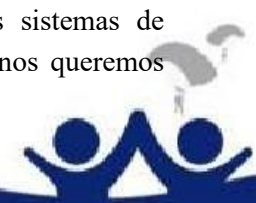
O sentido violento do princípio moral naturalizado, que se quer universal, está em sua dimensão coativa. Ajustar condutas, pensamentos, afetos é uma dimensão apenas possível sob ameaça, medo e punição. De que modo essa relação está presente na vida escolar? A escola atual é moldada por uma lógica liberal, à qual cada vez mais todas as pessoas têm que se submeter e, como todo espaço coletivo, ela é definida e define um código moral que assujeita. Horário para entrar, sair, comer e descansar... Desde muito cedo a população é submetida às práticas de disciplina que se ramificam na polissemia de si próprias. Não são apenas ordens, mas produção de verdade, formação de um saber que parece atemporal, mas:

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 1979, p.10).

Moral e disciplina como fundamento pedagógico

Os princípios morais fazem funcionar as relações pedagógicas em sua perspectiva disciplinar, pois quando julgamos como mau um comportamento na escola, é necessário entender como foi sendo produzido um modelo considerado certo em oposição a outros que são recusados. Mais do que uma questão técnica, Nietzsche e Foucault contribuem para buscar os fundamentos dos nossos juízos, pensamentos, assujeitamentos, que não são outros que produção de verdades. Um exercício difícil, pois a naturalização das relações de poder tem se fortalecido na crença em forças que julgamos superiores, mesmo quando não são visíveis, como na moral religiosa, por exemplo. Isto mostra a força da moral, como uma produção subjetiva, com efeitos de assujeitamentos a certos padrões e estruturas.

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. [...] — o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 1971, p.10).



Nesse contexto, a escola é um estabelecimento que funciona por meio de dispositivos disciplinares, que não são outros que os de moralidade. Apoiados numa moralidade que é uma produção discursiva os comportamentos aceitáveis são assumidos, como uma discursividade religiosa, mesmo em escolas laicas. A laicidade pode ser interpretada como uma liberdade individual, promovida pelo Estado liberal, como um dos seus princípios que, entretanto, é afirmado por uma crença tão religiosa quanto a de qualquer rito de fé: “O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, p.8).

Palavras-Chave: Moral, Disciplina, Escola, Punição.

Referências bibliográficas

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 1996. (Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio).

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

NIETZSCHE, F. W.; NIETZSCHE. Humano, demasiado humano. [s.l.] Edaf Antillas, 2014.

